



R

4

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA
CÂMARA MUNICIPAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

REUNIÃO Nº 27/2019

ASSUNTO

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019

Handwritten signature and number 4

SUMÁRIO:

Fl.

01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-6
03- Balancetes	7
04- Pagamentos	7
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	-
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	8-9
09- Pessoal	9-10
10- Requerimentos diversos	10-11
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	11-16
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	17




REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 27/2019

Data da Reunião: Trinta e um de outubro de dois mil e dezanove

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO

Presenças

Presidente:

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Vereadores:

Inocêncio Lobo Araújo

Maria José da Silva Gonçalves

Pedro Miguel Ferreira Sousa lobo

José Alfredo Pereira Bastos Oliveira

Fernanda Maria Marques da Costa

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Início da Reunião: Dez horas e dezassete minutos

Encerramento: Treze horas e cinquenta e cinco minutos

Secretariou a reunião: Marta Alexandra Rocha Pereira Gonçalves

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:




PONTO Nº. 2: ANTES DA ORDEM DO DIA

I- INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO E DOS SENHORES VEREADORES

- O senhor Presidente da Câmara dá início aos trabalhos, começando por informar da substituição do senhor Vereador Ricardo Armada, que por motivo de ausência da área do concelho se fez substituir pelo senhor Pedro Sousa Lobo.

Aproveita para entregar aos senhores Vereadores algumas informações solicitadas em reuniões anteriores, tais como uma listagem relacionada com os terrenos da Zona Empresarial do Rodo e presta informações acerca da reconstrução de uma habitação em Boivães com o apoio do Rotary Clube e da Câmara Municipal.

Prossegue a sua intervenção destacando a distinção obtida pela concretização do programa Eco-Escolas de educação ambiental para a sustentabilidade no concelho Barquense.

Dá ainda conta da sua presença na comemoração do dia da Misericórdia, marcado pela homenagem ao Sr. Gonçalo Lobo Bouças, bem como aborda o reinício do programa Itinerâncias, desta vez com um espetáculo da fadista Mia Moura em Vila nova de Muía.

Aproveita ainda para fazer um balanço às comemorações do Dia do Município, que este ano tiveram a particularidade de homenagear todas as freguesias do concelho, através da exposição das bandeiras das vinte e cinco freguesias no átrio dos Paços do Concelho, assim como refere as medalhas atribuídas aos trabalhadores da autarquia, agentes económicos do concelho e restantes organizações e individualidades. Destaca que nesse mesmo dia decorreu no auditório da Epralima as comemorações do Dia Municipal para a Igualdade, através da dinamização do projeto “Viagem para a Amizade”, integrada no projeto School4All que contou com a participação da cantora Susana Félix, assim como a oferta de um livro “Viagem para a Amizade” a todos os alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade.

Por fim faz alusão à caminhada pela Luta Contra o cancro da Mama, que decorreu no dia 27 de outubro, que contou com a participação de centenas de pessoas e que para além da sensibilização para a prevenção precoce da doença, promoveu a angariação de fundos destinados ao apoio destes doentes, assim como se refere a um espetáculo levado a cabo pelo grupo das Oficinas de Lazer, que contou com a colaboração dos Centros de Dia,

Lares de Idosos, APPACDM e Movimento Incriativo.

Termina referindo-se à exposição Laços Rosa patente no Átrio dos Paços do Concelho e convida todos os presentes a participar nos próximos dias 9 e 10 de novembro no Fim de Semana Gastronómico do Sarrabulho.

Inicia a sua intervenção o senhor Vereador Inocêncio Araújo, começando por saudar todos os presentes e destacando a grande adesão que teve a Caminhada Rosa, no contexto da luta contra o cancro da mama, cujos estudos indicam que o diagnóstico precoce permite muitas vezes recuperação.

Relativamente ao Dia do Município, realça a homenagem efetuada a diversas entidades e pessoas, destacando o ato simbólico de atribuição da medalha de Honra a Fernão de Magalhães, como mais uma iniciativa que vem destacar a pessoa e Ponte da Barca.

Relativamente às Oficinas de Lazer, informa que registou com agrado o retomar desta iniciativa e do convívio das IPSS's que permitem reencontros e partilha de vivências entre utentes, bem como o convívio e saídas das instituições.

Prossegue a sua intervenção destacando a exposição Laços Rosa, patente no Átrio dos Paços do Concelho.

Aproveita também para fazer um balanço em relação à época de incêndios em Ponte da Barca, que felizmente não teve grandes problemas e passou calmamente. Reforça que este sucesso muito teve a ver com os bombeiros e corporações florestais, e com o reforço da equipa de Penha de França e Beato, que desde há alguns tempos tem ajudado no concelho, afirmando que podemos agora estar mais sossegados não na prevenção, mas no risco. Termina destacando o empenho e profissionalismo dos bombeiros de Penha de França e Beato.

Inicia a sua intervenção a senhora Vereadora Sílvia Torres, destacando o retomar de iniciativas como Onda Rosa, e relativamente ao Dia do Município, e em relação à medalha atribuída a Fernão de Magalhães, gostaria de ter visto mais destaque.

Aproveita para apresentar o voto de protesto, que a seguir se transcreve: "Na reunião de Câmara do dia 23 de Outubro aquando da discussão do ponto Nº: 02, designação do provedor do município de Ponte da Barca foi-me cortada a palavra ainda a minha intervenção não havia sido concluída;

Tal ocorreu quando o Sr. Presidente depois de o Vereador Inocêncio Araújo ter manifestado a sua abstenção relativamente ao ponto e de a Vereadora Maria José Gonçalves e eu mesma termos manifestado a intenção de não votar o assunto pelo facto de só termos tido conhecimento da proposta na própria hora da votação, decidi

retirar o ponto da ordem de trabalhos;

Pelo exposto manifesto o meu total desagrado não só pelo facto de a palavra me ter sido cortada como também pela forma grosseira e autoritária como tal aconteceu.

Além disso não compreendo como pode um ponto ser apresentado, discutido e até votado e depois ser retirado da ordem de trabalhos sob ordens do Sr. Presidente.

Esta é uma prática recorrente que denota tomadas de posição de ânimo leve;

Não ficar nada em ata significa não ter existido sequer a proposta;

Não ficar nada em ata quando na comunicação social circulam mensagens do PS e PSD a expor as suas versões do assunto é no mínimo estranho, pouco esclarecedor e pode entender-se como tentativa de ocultar a verdade dos factos;

Dá a entender que se discutiu um assunto fantasma....

Questiono até que ponto isto é correto. Que é prática recorrente é, agora se é correto ou não, não sei... deixo a questão..."

Toma a palavra o Senhor Vereador Pedro Sousa Lobo que após saudar os presentes informa que subscreve as palavras da senhora Vereadora Sílvia Torres.

Inicia a sua intervenção a senhora Vereadora Maria José Gonçalves, que destaca as iniciativas, tais como, a Onda Rosa, contudo lamenta que no concelho vizinho existisse uma iniciativa muito boa, uma Maratona, que poderia ter sido uma iniciativa conjunta.

Prossegue lamentando que, reclamando a naturalidade de Fernão de Magalhães, e tendo ainda entre nós pessoas da sua linhagem, não tenha sido entregue a medalha a esses mesmos descendentes, considerando que é necessário pensar melhor nas coisas e tirar partido das circunstâncias.

Recorda que na reunião de 17 de outubro alertou para o incumprimento do Estatuto da Oposição e nesse mesmo dia o senhor Presidente disse que nessa mesma tarde lhe seriam entregues os documentos. Estes factos associados aos incidentes graves que se têm vindo a verificar, exigem outras medidas, porque o princípio maior da democracia é o respeito pelo outro. Afirmo que nem só o que o executivo publica é notícia; colocar a culpa nos vereadores da oposição é no mínimo cobardia.

Termina pedindo esclarecimentos relativamente a um requerimento/exposição do senhor António Manuel Amorim Cerqueira, colaborador deste Município, a exercer funções de técnico superior nos serviços de proteção



civil deste Município que não tendo, até ao momento, obtido qualquer resposta sobre os dois requerimentos apresentados e estando prestes a fazer dois meses sobre a apresentação da última exposição, questiona porque continua sem resposta este colaborador e porque não veio ainda a reunião de Câmara este assunto, conforme solicitação do requerente.

Mais referiu, se é assim que são respeitados e tratados os munícipes, constatando-se reiteradamente parecer haver barquenses de primeira e barquenses de segunda.

Toma a palavra a Senhora Vereadora Fernanda Marques que saúda os presentes e dá conta do envio via email do relatório das Férias H2O, lamentando que os senhores Vereadores não tenham acusado a receção do mesmo. Aproveita para esclarecer a senhora Vereadora Maria José Gonçalves no que concerne ao Estatuto da Oposição passando a ler o artigo 2º do referido diploma.

Prossegue referindo-se às iniciativas que tinham sido elencadas, destacando duas, primeiro a que envolveu os alunos do Agrupamento de Escolas e a segunda as Oficinas de Lazer. Refere ainda o assinalar do Dia Municipal da Igualdade, com a apresentação de uma narrativa fantasiada, músicas e oferta de um livro.

Termina referindo-se ao convívio de todos os idosos das IPSS's do concelho e da APPACDM para assistirem a uma peça de teatro do Movimento Incriativo.

Toma a palavra o Senhor Vereador José Alfredo Oliveira que sucintamente se refere à caminhada Onda Rosa, aproveitando para parabenizar todos os Barquenses que quer aqui, quer noutros concelhos, tenham participado em iniciativas desta causa.

Refere-se também ao Estatuto da Oposição e dá conta de alguns aspetos relacionados com o processo de licenciamento do Bar Chafariz Vip Club.

Termina a sua intervenção dando conta de três candidaturas, submetidas este mês, que se traduzem na concretização de estratégias que vão de encontro aos objetivos traçados.

Retoma a palavra o senhor Presidente da Câmara, que dá resposta a todas as questões levantadas pelos senhores Vereadores.



II – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA:

12.3. - 14ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

11ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES

13ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do ponto.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2019 - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, com abstenção do senhor Pedro Sousa Lobo, aprovar a ata da reunião, realizada no dia dezassete de outubro corrente.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 23 DE OUTUBRO DE 2019. - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião extraordinária, realizada no dia 23 de outubro corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. -----

R

M

PONTO Nº: 3- BALANCETES

3.1.- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 31/10/2019, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....303 463,42€

Dotações Não Orçamentais.....286 408,61€

PONTO Nº: 4- PAGAMENTOS

4.1.- PAGAMENTOS

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 2212 a 2385 inclusive, no valor de 513 042,90€.-----

4.2.- DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 14/10/2019 e o dia 25/10/2019, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado..... 705.368,35€

Compromissado.....287.959,96 €

Liquidado.....548.624,31 €

Pago..... 485.835,24€

Operações não orçamentais.....12.528,36 €

R
4

PONTO Nº: 8- OBRAS PARTICULARES

8.1.- PROJETO ARQUITETURA

João José Gonçalves Veloso, a requerer aprovação do projeto de arquitetura de alteração de edifício na divisão da fração A em 2 frações sendo 1 T3 e 1 T2, , sito no lugar Painções Lote 98 e 99, freguesia de Paço Vedro de Magalhães, Processo LE-EDI n.º 36/2019. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 11/10/2019.

Vera Rita Sá Costa Araújo, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da alteração e ampliação de edifício destinado a habitação unifamiliar de tipologia T3, sito no lugar do Ginzo, freguesia de Lavradas- Processo LE-EDI n.º 52/2019. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 16/10/2019.

Bruno Henrique Rodrigues Barros, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de reconstrução de moradia e construção piscina, sito no lugar Tamente, freguesia de Entre Ambos-os-Rios - Processo LE-EDI n.º 39/2019. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 16/10/2019.

Bruno Henrique Rodrigues Barros, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de reconstrução de moradia e construção de piscina, sito no lugar Tamente, freguesia de Entre Ambos-os-Rios- Processo LE-EDI n.º 37/2019. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 16/10/2019.

Inocêncio Lobo de Araújo, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de Alteração de Moradia para Instalação de Empreendimento Turístico em Espaço Rural na modalidade de Casa de Campo, sito no lugar de Froufe, freguesia de Entre Ambos-os-Rios- Processo LE-EDI n.º 22/2019. Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 25/10/2019.

26

4

8.2.- PROJETOS DE ESPECIALIDADES

José Luís de Macedo Branco a requerer aprovação dos projetos de especialidades da alteração ao edifício destinado a habitação unifamiliar de tipologia T4, sita no lugar de Loureiro, freguesia de Vila Chã S. João- Processo LE-EDI n.º 70/2017. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 16/10/2019.

José Augusto Barbosa da Silva, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da construção de edifício destinado a habitação unifamiliar de tipologia T3 + piscina, sita no lugar de Vinhas, freguesia de Bravães - Processo LE-EDI n.º 50/2019. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 22/10/2019.

Ana Paula Pereira Gonçalves Nogueira, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da legalização de alteração e ampliação vertical de moradia unifamiliar na tipologia T1, sita no lugar de Froufe, freguesia de Entre Ambos-Os-Rios- Processo LE-EDI n.º 86/2018. Deferido por despacho do Sr. Vereador da Câmara de 25/10/2019.

PONTO Nº: 09 – PESSOAL

9.1.- MAPA DE PESSOAL E PLANO ANUAL DE RECRUTAMENTO- 2020

- Proposta –

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que, a fim de fazer parte integrante da presente ata, se dá aqui por reproduzida.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta, com abstenção dos senhores Vereadores do PS, Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo, e da Senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves.

Não participou na votação o Senhor Vereador Inocêncio Araújo.

- Os senhores Vereadores do PS, ditaram para a ata a seguinte declaração de voto: “Uma vez que o mapa de pessoal não reflete uma estratégia do município , relativamente aos RH nem uma otimização relativamente aos recursos já existentes, tendo em conta que as carências na educação não se mostram supridas, tendo em conta que quanto aos resultados que uma equipa externa estudou em relação aos recursos humanos da autarquia não se viu grandes resultados, consideramos que mais que contratar recursos humanos sem estratégia é importante



97

fazer uma otimização dos recursos existentes, facto que não tem acontecido. Pelo exposto os vereadores do PS abstêm-se.”

- A senhora Vereadora do PSD ditou para a ata a seguinte declaração de voto: “Reconhecendo que há determinadas áreas/serviços que necessitam de ser reforçados os seus recursos humanos, a proposta apresentada reflete falta de racionalização e otimização dos recursos humanos. Mais do que acrescentar pessoas é fundamental promover práticas colaborativas dinâmicas de trabalho estimulantes e incentivos à produção. A política que tem sido levada a cabo pelo executivo em nada promove o espírito colaborativo. O recurso a contratos por ajuste direto de colaboradores que auferem “chorudos” vencimentos para exercerem as mesmas funções de outros colaboradores que ao abrigo das tabelas salariais da função publica ficam muito aquém destes. Face a isto abstenho-me relativamente a esta proposta.”-----

PONTO Nº :10- REQUERIMENTOS DIVERSOS

10.1.- MARIA DE FÁTIMA DA COSTA RODRIGUES

- Apoio à Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos-

- Presente requerimento de Maria de Fátima da Costa Rodrigues, registado sob o PG. 24 5/2018, em 18/06/2018, a solicitar apoio para concessão de subsídio para aquisições de materiais de construção para obras de conservação, reparação e beneficiação (....), concessão de subsídio para pagamento de mão de obra, bem como a isenção de pagamento de taxas, em pedidos de ligação ao saneamento.-----

- Face ao solicitado, pela Divisão Sócio Cultural foi emitida a informação que se transcreve: “Analisado o processo, verificamos que os rendimentos deste agregado ultrapassam os valores máximos definidos no âmbito do Regulamento de Apoio à Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos.-----

Verificou-se que os rendimentos líquidos dos dois elementos que compõem o agregado familiar referentes ao ano de 2017, totalizam o valor de 14.395,67 €, ultrapassando os 80% do salário mínimo nacional per capita definidos na alínea d) do artigo 3.º do Regulamento de Apoio à Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Ponte da Barca, situando-se os rendimentos deste agregado nos 99,9 %.

Considerando o exposto, este processo não reúne as condições de elegibilidade para beneficiar deste apoio.



Assim, propõe-se o seu indeferimento.”

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade concordar com a informação dos serviços.-----

PONTO Nº: 12- DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020- NORMA DE EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020

----- Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara, após cumprimento do nº 3 do art.º 5º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, presente as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2020, com uma Receita e Despesa orçada em 22.496.443,28 €, bem como a norma de execução do referido documento.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores do PS, Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo e da senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2020, bem como a norma de execução do referido documento e, nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.-----

- Os senhores Vereadores do PS, Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo, ditaram para a ata a seguinte declaração de voto: “As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os instrumentos de gestão mais importantes do Município. Nestes documentos deverão estar retratados as opções, o planeamento estratégico, os investimentos e as despesas que o executivo pretende implementar no ano subsequente.

Embora considerem muito positivo a previsão no Orçamento da área empresarial de Lestriz, em Lavradas- que deveria ter características prioritárias; se registre a intenção de melhoria nas redes viárias, bem como a construção de um “Centro de Negócios”, que na prática funcionará como um desenvolvimento das incubadoras de empresas de base local criadas no último mandato do PS, e cuja localização preferíamos numa freguesia que não a sede do concelho, os Vereadores do PS, Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo, votam contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020, designadamente por considerarem que se traduz num documento vago e enganador, quase publicitário, com muitos anúncios de obra pública que não se irá concretizar em 2020. O

Orçamento de 2020 esconde, na realidade, um propósito eminentemente gastador prevendo um endividamento de Ponte da Barca superior a 1.600.000,00€, quase que duplicando a presente dívida bancária do Município - dívida bancária que recordamos este Executivo decidiu estender o prazo de amortização para 20 anos em 2019.

Em suma: O Executivo do PSD em 2019 optou por encolher a amortização bancária alargando o pagamento por 20 anos e no Orçamento para 2020 concretiza a decisão de endividar os Barquenses em mais de 1.6 milhões de euros.

A aposta deste Executivo é viver no presente “folgado” com dinheiro emprestado que irá onerar as gerações futuras.

Uma estratégia de endividamento massivo da autarquia que será consumido sobretudo com encargos de projetos e aquisições de terrenos do Parque Empresarial do Rodo II (cujo custo de concretização será superior a 2,5 milhões de euros), que pelas razões já indicadas na votação daquela proposta de ampliação, se nos afigura um projeto economicamente mais danoso do que proveitoso para o Município, pelos custos elevados dos terrenos com características de área urbana habitacional, numa área próxima do centro da vila e não privilegiando a criação de empresas com um número de postos de trabalho mais elevado (só permite a instalação de empresas até 20 trabalhadores), bem como cuja tramitação na DGAL e a candidatura ao Portugal 2020 tem vindo a apresentar fragilidades.

Finalmente, consideramos que no Orçamento para 2020 não existe uma efetiva política municipal para a renovação e expansão das redes de água e saneamento, desenvolvimento e dinamização das freguesias do concelho, continuando a faltar clareza e estratégia na ação social, no apoio às IPSS e à população mais idosa e carenciada, na educação, no apoio ao comércio tradicional e na área do turismo.”-----

- A senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, ditou para a ata a seguinte declaração de voto: “O presente documento, por ser pouco aprofundado, não apresenta estudos nem projeções e não estabelece objetivos concretos em matérias cruciais para o Concelho, dá forma àquilo que já se verificou ao longo do presente ano, uma verdadeira “navegação à vista”. Não se vislumbra uma afirmação estratégica do Concelho, uma ambição e inovação, muito menos a concretização do Programa Eleitoral sufragado pelos barquenses nas eleições autárquicas.

Num Concelho que, infelizmente, apresenta um índice de envelhecimento muito superior ao nacional, que já é elevado, onde cerca de três mil barquenses têm 65 ou mais anos de idade, não se encontra uma única



ideia/proposta para responder às muitas necessidades dos seniores do Concelho. Competindo ao Município uma atitude proativa, de modo a promover a qualidade de vida e a integração dos cidadãos seniores, através de soluções que se adaptem às suas necessidades e capacidades, não identificamos uma única previsão para responder às necessidades.

No que concerne à habitação social, enquanto se aguarda a elaboração da Estratégia Local para a Habitação, adianta-se um “Projeto de Habitação a Custos Controlados”, ficou por definir em concreto do que se trata efetivamente e como será operacionalizado.

Relativamente à Educação, Saúde e Ação Social, constatamos tratar-se dos “parentes pobres” deste documento previsional. Ausência de políticas articuladas entre os diferentes setores. Objetivamente, as pessoas, sejam crianças, jovens, adultos ou seniores, estão relegadas para segundo plano.

Conhecendo-se a fortíssima relação entre a condição socioeconómica e cultural das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares, não se vislumbram quaisquer medidas para a promoção do sucesso escolar. Da mesma forma que não conseguimos perceber nenhum desenvolvimento no âmbito das competências parentais positivas que tornem as famílias cada vez melhores famílias.

Não se identifica nenhum programa/medida para combater a violência doméstica, o alcoolismo, as dependências, ou para promover a igualdade de género.

Quanto à sustentabilidade do território, ainda que no plano das intenções, constatamos uma regressão relativamente o planificado para o presente ano, deixam de estar plasmadas as ações de sensibilização e consciencialização da população com vista à poupança da água, eliminação de fossas sépticas e reforço das políticas ecológicas de reciclagem e reutilização. Este documento não perspetiva o futuro, não salvaguarda as gerações futuras.

Constatamos uma clara hegemonia do desenvolvimento económico assente exclusivamente na construção de infraestruturas para viabilizar a edificação de dois polos empresariais que, pelas características apresentadas, ficarão muito aquém das expectativas e dos investimentos efetuados e a efetuar. Nada em concreto para a agricultura, nada em concreto para o comércio local.

Este documento previsional assume a modernização administrativa como um dos pilares da ação governativa, se bem que de concreto apenas possamos identificar o propósito de recrutamento de um chefe de equipa. A ação governativa deste executivo, infelizmente, em nada tem contribuído para uma efetiva modernização

administrativa, que deverá assentar na transparência, eficiência, eficácia e integridade, com acesso efetivo à informação, tendo em vista a construção de uma cidadania informada, forte e participativa.

Sustentada no exposto voto contra a proposta em apreço.”-----

- O senhor Vereador Inocêncio Araújo ditou para ata a seguinte declaração de voto: “O presente documento é especialmente relevante na gestão autárquica do município uma vez que apresenta as linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento do nosso concelho durante o próximo ano de 2020.

Tal como vem acontecendo ano após ano, nesta altura somos confrontados e convidados para proceder à sua análise, discussão e votação.

Reafirmo o que disse na discussão e votação dos orçamentos para os anos 2018 e 2019, enquanto vereador eleito pelos barquenses, as minhas convicções obrigam-me a contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera, mais justa, com mais e melhores oportunidades.

Reitero o mesmo compromisso, votarei favoravelmente aquilo que de positivo se faça na minha terra, rejeitarei qualquer medida que não vise contribuir para o desenvolvimento do concelho!

É nesse registo que perante este documento, que apresenta um grande número ações relevantes para o desenvolvimento da nossa terra, o meu voto é favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2020.

A promoção e dinamização económica, um dos vetores com mais importância no programa que sufraguei ao eleitorado, pelo que é com particular satisfação que registo, depois de neste ano se ter tido a capacidade de planejar, definir localizações, adquirir terrenos, agora se avance para a construção das áreas empresárias, no Rôdo e em Lestriz. Projetos que tem décadas de atraso comparativamente o que aconteceu nos concelhos vizinhos, mas que agora em contexto diferente continuam a fazer sentido. É chegada a hora de infraestruturar, proceder à instalação de empresas de modo a contribuir para a dinamização da nossa economia, criação de postos de trabalho e por essa via atrair e fixar população.

Neste contexto deixo aqui um apelo para nos envolvamos na criação sinergias que visem a atração de empresas que valorizem o trabalhador, que necessitem de mão de obra qualificada, um sinónimo de salários mais dignos.

Outro dos vetores que vai ao encontro das opções que defendi e defendo é do investimento nas freguesias. Apostar nas relações de parceria com as Juntas de Freguesia, dar-lhes possibilidade de concretizarem projetos que consideram determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população.



Vejo com agrado a previsão de importantes intervenções, em Crasto, Sampriz e Vila Nova de Muía, o ressurgimento no plano de investimentos da ligação viária entre Vila Chã de S. João e Vila Chã de Santiago, a melhoria de acessos na freguesia de Britelo, nomeadamente nos lugares de Paradamonte e Mosteirô, intervenções na freguesia de Lindoso, nos lugares de Cidadelhe e Parada e a construção do “Núcleo Interpretativo da Cultura Comunitária Tradicional de Montanha;

Também registo com particular destaque os investimentos previstos com a intervenção no Mercado Municipal e na zona da Feira Quinzenal; a perseverança e o programa alusivo à naturalidade de Fernão Magalhães; a dinamização da Escola de Artes e Ofícios, em Bravães; a requalificação e refuncionalização do edifício do Santo António do Buraquinho; a reabilitação de edifício para instalação de centro de apoio à criação de empresas, denominado por “Centro de Negócios”; a concretização de muitas ações do Plano Municipal da Juventude; a construção do Centro de Apoio BTT, a ligação da ecovia até Touvedo Salvador , o troço de ecovia no rio Vade, a construção de infraestruturas de apoio ao desporto náutico, a intervenção no pavilhão desportivo do Centro Escolar de S. Miguel/Entre Ambos-os-Rios, a construção do Centro Românico do Alto Minho (Vila Nova de Muía). No exercício das minhas funções estando integrado no executivo considero determinante que a Câmara Municipal urgentemente regularize os valores em atraso referentes a protocolos celebrados com as associações e as Juntas de Freguesia. Pelo acompanhamento que tenho tido sei que tem sido seguido um caminho rumo a esse objetivo, no entanto, gostaria de apelar a uma maior celeridade de modo a que as Juntas e as Associações possam prosseguir sem sobressaltos o seu trabalho evitando episódios de dificuldades de gestão por asfixia financeira.

Vejo com agrado que o plano e orçamento evidencia uma crescente aproximação às Juntas de Freguesia e às Associações do concelho, numa atitude de credibilização e valorização do seu trabalho, estou certo que será esse o formato do sucesso no desenvolvimento do nosso concelho.”-----

12.2. - FREGUESIA DE SAMPRIZ - Processo de Toponímia

- Presente ofício da Junta de Freguesia de Sampriz, registado sob o número 9973/2019, em 13/09/2019, a remeter processo de Toponímia, para efeitos do estabelecido nos artigos 3º e 4º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Ponte da Barca e alínea w) do artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de



setembro.-----

- Na sequência do solicitado, pela Divisão de Gestão e Planeamento Territorial, foi emitida a informação que se transcreve: "1. No âmbito do artigo 3º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Ponte da Barca, a proposta de toponímia da freguesia de Sampriz foi submetida a parecer da Comissão de Toponímia.

2. De acordo com ata em anexo, a Comissão deliberou por unanimidade aprova-la.

3. Nos termos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea ss), n.º1, do art.º 33.º, é competência da Câmara Municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia.

4. Neste sentido, remetemos para consideração e decisão superior."

-----A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a presente proposta de toponímia da freguesia de Sampriz.-----

12.3.- 14ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

11ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES

13ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

- Presente, para ratificação, nos termos da nº 3, do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 21/10/2019, em que aprova a 14ª alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 274.821,00 €, a 11ª alteração ao Plano de Atividades, no valor de 6.900,00 € e a 13ª alteração ao Plano de Investimentos, no valor de 30.000,00 €, visando o reforço de verbas insuficientemente dotadas.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 21/10/2019.-----

PONTO Nº: 14 – ENCERRAMENTO

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para produzir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião.-----

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas e cinquenta e cinco minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.-----



Paula Alexandra da Rocha Pereira Guedes